



F.N.L.A.
GABINETE DO PRESIDENTE

**DECLARAÇÃO POLITICA DO DEPUTADO LUCAS BENGHY
NGONDA, DA REPRESENTAÇÃO DA FNLA, POR OCASIÃO
DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA 2ª. SESSÃO
LEGISLATIVA DA IV LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
NACIONAL, 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Excelências,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhoras 1ª e 2ª, Vices-Presidentes da Assembleia Nacional

Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Nacional

Ilustres Deputados

Digníssimos Representantes do Titular do Poder Executivo

Distintos Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Cumpre-nos, em primeiro lugar, saudar os Ilustres Representantes do Titular do Poder Executivo pelo facto de terem trazido para apreciação da Assembleia Nacional a Conta Geral do Estado, referente ao Exercício Fiscal do ano de 2016. Saudamos porque contrariamente ao que sucedia nos outros tempos, hoje a Assembleia Nacional vai recebendo, embora com atrasos consideráveis, os Relatórios das Contas do Estado referentes aos exercícios findos.

Tal como recomenda o parecer do Tribunal de Contas, há todo o interesse de ajustar as futuras Contas do Estado no âmbito nacional, tendo em conta a implementação futura das autarquias. Angola é ainda um país de uma economia desorganizada, em fase de uma verdadeira reestruturação, cuja a produção nacional, tirante o petróleo e outras

matérias primas, tais como o diamante, o gaz nada se controla para o sistema tributário do país. A produção agrícola não consegue retomar os níveis da produção desde que Angola se tornou um país independente. Para um país de características essencialmente agrícolas, até a presente data a produção agrícola não se faz ainda sentir. O mundo rural tem sido marginalizado e negligenciado pela primazia à economia assente em produtos importados. Assim, a base tributária está assente num cálculo de uma produção nacional inexistentes ou nula.

Em todas as grandes cidades do país, nasceram imóveis que muitos proprietários não conseguem legalizar por falta de políticas do Estado que façam um levantamento geral, não só dos imóveis, mas também dos terrenos ocupados para diversos fins. Hoje o Estado está a cobrar impostos à propriedades não legalizadas e consequentemente sem títulos de propriedade, e sem uma base legal que defina o valor da unidade tributada, criando assim mais situações de conflitos entre os cidadãos e a administração do Estado, em prejuízo do próprio Estado.

Implementar uma política de austeridade com cortes salariais não resolve o problemas da diversificação da economia em Angola, nem o de angariamento de fundos para o fortalecimento da receita nacional fiscal. As políticas de austeridade nunca resolveram os problemas dos povos, lá onde foram aplicadas, como aconteceu em vários países do mundo. Pelo contrário, tudo quanto sabemos é que esses países entraram depois em colapsos económicos irreversíveis até aos graves conflitos sociais. Em Angola, o nosso problema não se resolve com medidas de políticas de austeridade. O nosso problema reside somente na organização do aparelho da produção nacional, considerando a agricultura como base fundamental para diversificação da economia nacional.

No Estado actual da situação económica nacional, Angola vive ainda debaixo de uma economia de sobrevivência, tal é a situação da maioria da população angolana. As medidas tomadas recentemente, apoiadas pelo Banco Mundial, as quais consistem ao levantamento estatístico Agro-pecuário em todo o país vão no verdadeiro sentido de permitir ao País a construção de uma economia partindo em bases

reais e seguras. Só assim, o país terá uma verdadeira base tributária de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a consolidação da economia nacional.

O Estado não pode passar por uma simples entidade angariadora de fundos para colmatar a crise que se vive hoje no país, entrando nos bolsos de simples cidadãos. Emitir um passaporte no valor de 35.000 Mil Kuanzas é uma medida administrativa não bem pensada, porquanto sabemos que no estado actual do nosso sistema salarial este é um valor equivalente a um salário de um chefe de família. As instituições públicas tem a missão servir a população. Não são um negócio do Estado nem dos seus altos funcionários.

Muito Obrigado

LIBERDADE E TERRA